

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO CRÉDITO-DÉBITO.

Magda Núcia Albuquerque Dias¹

RESUMO

O trabalho em questão é uma atualização de uma pesquisa realizada no doutorado, há cerca de dez anos, sobre o endividamento das populações de baixa renda. Naquela época, defendíamos a tese de que, devido à sua inserção na ciranda do crédito-débito, essas populações não tinham alternativas viáveis de escape. Questionávamos o que havia possibilitado a entrada dessas pessoas nesse ciclo, considerando que, no passado, elas não tinham acesso a nenhum tipo de crédito. De repente, mesmo com baixa renda, passaram a fazer parte de um sistema que acabou levando-as ao endividamento. A resposta encontra-se nas crises sucessivas enfrentadas pelo capitalismo, que revelaram a dificuldade do capital em manter sua dinâmica tradicional, representada na fórmula de Marx (1983), D-M-D'. A crise, cujo ponto de inflexão foi a década de 1970, marcou o início de um novo ciclo, descrito pela fórmula marxiana D-D'. A financeirização da economia passou a exigir que o dinheiro gerasse mais dinheiro sem necessariamente passar pela produção material de mercadorias. O desafio tornou-se evidente: como valorizar o valor? Como transformar dinheiro em mais dinheiro? Afinal, esse é o objetivo do sistema capitalista. Esse debate permanece atual, especialmente quando se trata de entender a crise do capital e seu impacto sobre as populações mais vulneráveis. No Brasil, o acesso ao crédito para famílias de baixa renda tem proporcionado, por um lado, o acesso a bens antes inacessíveis e, por outro, tem levado essas famílias ao permanente endividamento. A discussão sobre a crise do capital será conduzida com base na perspectiva de Robert Kurz (1992), que identifica um limite histórico ao capital, incapaz de superar a crise. Outros autores também contribuem para o debate, a saber: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Löwy (2013) e Menegat (2024). Por fim, atualizaremos os dados sobre o endividamento das populações de baixa renda. Embora o crédito tenha proporcionado o acesso a certos bens, trouxe também o desafio do endividamento. Para analisar essa inserção na ciranda do crédito-débito, adotamos a perspectiva de Anselm Japp (2013), que defende que o sistema capitalista não poderia existir sem a consolidação desse ciclo.

Palavras-chave: Crise; financeirização; endividamento; pobreza.

INSERTION OF LOW-INCOME POPULATION INTO CREDIT: PERSISTENCE OF THE TRAP LEADING INTO THE CREDIT-DEBT CYCLE

Abstract

The work in question is an update of a study conducted during my doctorate, about ten years ago, on the indebtedness of low-income populations. At that time, we defended the thesis that, due to their insertion in the credit-debt cycle, these populations had no viable alternatives to escape. We questioned what had enabled these people to enter this cycle, considering that, in the past, they had no access to any type of credit. Suddenly, even with low income, they became part of a system that ended up leading to indebtedness. The answer lies in the successive crises faced by capitalism, which revealed the difficulty of capital in maintaining its traditional dynamics, represented in Marx's (1983) formula, M-D- M'. The crisis, whose turning point was in the 1970s, marked the beginning of a new

¹ Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social - ESS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA, Campus de Timon. E-mail: magdadas@professor.uema.br

cycle, described by the maximian formula D-D'. The financialization of the economy began to require that money generate more money without necessarily going through the material production of goods. The challenge became clear: how to value value? How to turn money into more money? After all, this is the goal of the capitalist system. This debate remains current, especially when it comes to understanding the capital crisis and its impact on the most vulnerable populations. In Brazil, access to credit for low-income families has provided, on the one hand, access to goods that were previously inaccessible and, on the other, has led these families to permanent indebtedness. The discussion on the capital crisis will be conducted based on the perspective of Robert Kurz (1992), who identifies a historical limit to capital, incapable of overcoming the crisis. Other authors also contribute to the debate, namely: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Lowi (2013) and Menegat (2024). Finally, we will update the data on the indebtedness of low-income populations. Although credit has provided access to certain goods, it has also brought the challenge of debt. To analyze this insertion into the credit-debt cycle, we adopted the perspective of Anselm Japp (2013), who argues that the capitalist system could not exist without the consolidation of this cycle.

Keywords: Crisis, financialization, debt, poverty

INSERCIÓN DE LA POBLACIÓN DE BAJOS INGRESOS AL CRÉDITO: PERSISTENCIA DE LA TRAMPA PARA LA ENTRADA EN LA ESPIRAL CRÉDITO-DÉBITO.

RESUMEN

El presente trabajo es una actualización de una investigación realizada durante el doctorado, hace aproximadamente diez años, sobre el endeudamiento de las poblaciones de bajos ingresos. En aquel momento, sosteníamos la tesis de que, debido a su inserción en la espiral crédito-débito, estas poblaciones no tenían alternativas viables de escape. Nos preguntábamos qué había posibilitado la entrada de estas personas en ese ciclo, considerando que, en el pasado, no tenían acceso a ningún tipo de crédito. De repente, incluso con ingresos reducidos, pasaron a formar parte de un sistema que terminó conduciéndolas al endeudamiento. La respuesta se encuentra en las crisis sucesivas que ha enfrentado el capitalismo, las cuales revelaron la dificultad del capital para mantener su dinámica tradicional, representada en la fórmula de Marx (1983), D-M-D'. La crisis, cuyo punto de inflexión fue la década de 1970, marcó el inicio de un nuevo ciclo, descrito por la fórmula marxiana D-D'. La financiarización de la economía comenzó a exigir que el dinero generara más dinero sin necesidad de pasar por la producción material de mercancías. El desafío se hizo evidente: ¿cómo valorizar el valor? ¿Cómo transformar dinero en más dinero? Después de todo, ese es el objetivo del sistema capitalista. Este debate sigue siendo actual, especialmente cuando se trata de comprender la crisis del capital y su impacto sobre las poblaciones más vulnerables. En Brasil, el acceso al crédito para las familias de bajos ingresos ha permitido, por un lado, el acceso a bienes antes inaccesibles y, por otro, ha llevado a esas familias a un endeudamiento permanente. La discusión sobre la crisis del capital se desarrollará con base en la perspectiva de Robert Kurz (1992), quien identifica un límite histórico del capital, incapaz de superar la crisis. Otros autores también contribuyen al debate, a saber: Arrighi (1993), Brenner (2003), Harvey (2011), Löwy (2013) y Menegat (2024). Finalmente, actualizaremos los datos sobre el endeudamiento de las poblaciones de bajos ingresos. Aunque el crédito ha permitido el acceso a ciertos bienes, también ha traído consigo el desafío del endeudamiento. Para analizar esta inserción en la espiral crédito-débito, adoptamos la perspectiva de Anselm Japp (2013), quien sostiene que el sistema capitalista no podría existir sin la consolidación de dicho ciclo.

Palabras clave: Crisis, financiarización, endeudamiento, pobreza

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

1 Introdução

O endividamento familiar das populações de baixa renda, sob uma perspectiva macroestrutural, demanda um entendimento mais amplo deste momento histórico, no qual uma crise instaurada desde a década de 1970 tornou o endividamento dessas populações um problema complexo e persistente. Essa crise também coloca em pauta o limite histórico do sistema capitalista e, conseqüentemente, a própria perspectiva de vida das populações globais, sobretudo as de baixa renda, mais vulneráveis socialmente. Parece que o sistema econômico não encontra soluções para integrar essas populações, levando-as à lógica do crédito e débito. Seria essa dinâmica uma crueldade de nosso tempo ou uma impossibilidade histórica de inclusão? Possivelmente ambos, uma vez que, embora as causas estruturais desse problema sejam sociais, não se pode eximir a responsabilidade individual em relação à questão humanitária e ao acesso desigual a bens materiais, em um contexto de abundante produção de riqueza. Essa privação das populações mais vulneráveis, cercadas por riqueza material, reforça a necessidade de questionarmos a moral que sustenta a lógica perversa da sociedade atual.

O pensamento crítico aponta que uma sociedade de mercado não é capaz de produzir humanidades, especialmente sob um modelo que, para se manter, explora forças produtivas que ameaçam o planeta, como armas e tecnologias avançadas concentradas nas mãos de poucos. Esse sistema normaliza a guerra, que se torna um espetáculo midiático, acompanhada em tempo real pelas redes sociais. Conseqüentemente, vidas humanas são ceifadas ou forçadas ao exílio, enquanto as justificativas para esses conflitos se tornam cada vez mais questionáveis, uma vez que, do ponto de vista humano, as guerras são moralmente injustificáveis. A situação atual exige análises que ultrapassem uma única perspectiva, dado que a própria existência de algumas espécies no planeta, inclusive a humana, está ameaçada pela ação humana sobre a natureza. As análises sociais, portanto, precisam abordar a impossibilidade de sustentabilidade de um sistema que visa, acima de tudo, à mercantilização da vida.

A crise do capitalismo, de uma perspectiva macroestrutural, ajuda a explicar as diversas crises institucionais e a própria crise sistêmica que afeta tanto as estruturas sociais quanto geológicas do planeta. Isso causa desastres ambientais e coloca em risco a

continuidade da vida na Terra. Desde o século XVIII, com o advento da industrialização, o impacto da ação humana nos processos geológicos tornou-se mais evidente (Pádua, et al, 2023), e essa interferência levanta questões sobre os limites históricos do capitalismo, a crise ambiental e a crise climática. Robert Kurz (1992) argumenta sobre o limite histórico do capital, defendendo que o modelo capitalista tem como objetivo a constante geração de riqueza financeira até que todos os recursos do planeta sejam exauridos.

As populações de baixa renda são as mais afetadas por essa crise. Na ausência de um mínimo de acesso material necessário à sobrevivência, essas populações enfrentam a escassez em meio à abundância. Desde a década de 1970, no Brasil e no mundo, uma das soluções para a inclusão das populações pobres na sociedade tem sido a transferência de renda, como exemplificado pelo programa Bolsa Família no Brasil, que permite acesso ao crédito e, por conseguinte, ao endividamento. Dessa forma, são essas famílias as mais afetadas pela crise do capital, vivendo em situações de vulnerabilidade tanto biológica quanto ambiental. Biologicamente, porque enfrentam carência de nutrientes essenciais, e ambientalmente, porque residem em regiões urbanas desprotegidas, como morros e periferias, áreas esquecidas pelo poder público e frequentemente atingidas por eventos climáticos adversos, que agravam sua situação econômica.

O ponto de inflexão das sucessivas crises capitalistas foi a década de 1970, culminando na crise de 2008. Desde então, as condições de vida no planeta se tornaram insustentáveis e, para piorar, o surgimento de um vírus letal aumentou ainda mais o sofrimento. A pandemia de Covid-19, e outros fatores ambientais que afetam várias partes do mundo, revelam o impacto destrutivo da ação do homem sobre a natureza, levando a comunidade científica a debater com urgência a sustentabilidade da vida humana neste início de século. Não é possível a discussão sem uma compreensão mínima sobre as crises capitalistas.

2 Crises capitalistas: atualizando o debate

A teoria do Antropoceno ganha relevância como explicação para um mundo em crise permanente, o que provoca um estado de emergência que altera tanto a percepção do tempo quanto da história, caracterizando uma nova fase da humanidade. O capitalismo, com suas promessas de progresso e modernidade, parece incapaz de enfrentar as crescentes

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

desigualdades sociais e as crises políticas e ambientais. As contradições atuais indicam que o sistema não possui respostas eficazes para essas crises, ao contrário, as soluções aparentes se mostram cada vez mais distantes (Arantes, 2004).

As crises não são eventos cíclicos e passageiros, mas sim resultados profundos da dinâmica capitalista, com cada ciclo sistêmico impulsionado por um centro financeiro e uma potência hegemônica. Ao longo da história do capitalismo, foram quatro os ciclos hegemônicos, a saber: genovês, holandês, britânico e americano. Em todos eles a financeirização da economia representou a sua fase terminal e sua queda, quando é substituído por novo ciclo. O ciclo americano vivencia a sua fase final e, provavelmente será substituído pela hegemonia chinesa (Arrighi, 1996). Com base nessa análise, Arrighi (Ibidem) aponta a China como potencial substituta para o ciclo americano em declínio. Contudo, essa transição hegemônica não se consolidou, especialmente diante das guerras envolvendo Ucrânia e Rússia, e Israel e Palestina, que dificultam uma visão clara de futuras hegemonias econômicas, mas que não deixa dúvidas sobre a severidade da crise.

A década de 1970 marcou o início de uma crise global, com queda nas taxas de lucro e estagnação, resultante do colapso do setor manufatureiro. Tentativas dos Estados Unidos para conter a crise, como a desvalorização do dólar e o fim do Acordo de Bretton Woods, acabaram por intensificar a instabilidade econômica. A recessão de 1974-75 e a crise do petróleo apenas agravaram o quadro, com desemprego e queda de salários. Nos anos 1980, o desemprego aumentou nas economias avançadas, enquanto nos Estados Unidos da América o mercado de ações sofreu quedas bruscas. Medidas deflacionárias foram adotadas, e os ajustes fiscais na década de 1990 não conseguiram estabilizar o crescimento (Robert Brenner, 2003).

A crise de 2008, por seu turno, foi um marco em uma sequência de crises financeiras no centro da economia americana, resultando no colapso do sistema para a população de baixa renda, que perdeu suas economias e lares. A financeirização tornou-se o motor da economia, mas com consequências devastadoras. O capitalismo não pode manter seu crescimento sem mecanismos especulativos, que inevitavelmente levam a novas crises (Harvey 2011).

A crise atual é ainda mais grave que a de 1929, e as políticas neoliberais, como privatizações e cortes em áreas sociais, apenas aprofundam o seu estágio e promovem recessão. São crises econômica e ecológica decorrentes do efeito da dinâmica capitalista que **Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 262 – 274 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.**

consistem em transformar tudo em mercadoria. A alternativa é o ecosocialismo, um socialismo que consegue conviver com a dinâmica da natureza sem, contudo, destruí-la (Michel Löwy, 2013)

A crise é terminal, expressa a autocontradição do sistema, que falha em valorizar o capital e arcar com os impactos ambientais. No pós-guerra o capitalismo encontra seu apogeu, quando o fordismo incorporou massas de trabalhadores em uma dinâmica que parecia impulsionar para uma realidade um tanto estável, mas, logo tudo muda com o desenvolvimento da microeletrônica, ao impulsionar a globalização e abalar o poder dos Estados-nação, deslocando a produção para áreas com mão-de-obra barata (Kurz,1982)

A Crise no processo de produção real desloca o capital para outro processo de valorização, a ficcionalização², gera lucro além da produção real, mas suas bolhas financeiras são insustentáveis. A racionalização da produção causou a perda da centralidade do trabalho, levando ao desemprego e ao declínio do trabalho abstrato produtor de valor. A crise que emerge desde os anos 1980, é marcada por "bolhas de ar quente" que explodem periodicamente, ilustra a perda da capacidade expansiva do capitalismo. O Estado, por sua vez, enfrenta uma crise fiscal crônica e endividamento, e como solução implementa políticas neoliberais que reduzem investimentos em saúde e educação. A hiperinflação e o endividamento limitam a capacidade estatal de atuar, enquanto o sistema capitalista exhibe uma crescente incapacidade de manter o equilíbrio socioeconômico e ambiental (Ibidem)

A guerra sempre foi uma estratégia que o capitalismo historicamente utilizou para impulsionar sua valorização. No entanto, na contemporaneidade, esse impulso não pode mais ser sustentado pelos moldes das guerras imperialistas do século XX. Em seu lugar, surgem as guerras civis, cujo métodos são práticas de pilhagem e roubo, embora sempre presentes, eram antes contidas, mas agora se espalham pela sociedade, instaurando um estado permanente de guerra que destrói as possibilidades de solidariedade. Nesse contexto, as milícias emergem como forças politizadoras em um cenário em que a modernização já não é o horizonte a ser perseguido; ao contrário, o que se observa é uma tendência ao fim e a dissolução do Estado. Esses grupos percebem o colapso iminente e se colocam no controle de uma sociedade marcada pela destruição da continuidade da produção de mercadorias (Menegat, 2024).

Menegat (Ibidem), inspirado por Kurz (1992), sustenta que o colapso da

² Robert Kurz prefere utilizar o termo em substituição ao termo financeirização.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

modernização representa, na verdade, o colapso das sociedades produtoras de mercadorias. É neste quadro de crise de difícil solução, de violência generalizada, que se inscreve o endividamento das populações de baixa renda no país.

3 Sobre o endividamento da população de baixa renda e a sua inserção na ciranda do crédito-débito.

As análises realizadas até o momento revelam a dificuldade de inserção da mão-de-obra no sistema de acumulação de capital. Embora, como mencionado anteriormente, os autores não compartilhem a visão de um limite absoluto para a forma capitalista, conforme Kurz (Ibidem), concordam sobre as consequências dessa crise, sendo uma das mais perversas o desemprego em massa. A questão que estava posta há dez anos permanece: o que fazer com aqueles que sobram no sistema capitalista? À época, nossa preocupação centrava-se nos beneficiários do Programa Bolsa Família, sustentando que esses ingressam no sistema sem passar pelo circuito formal de valorização, recebendo dinheiro e consumindo sem a venda de sua força de trabalho. Surge, então, o problema: consumo sem produção de valor. Notamos que pesquisas já sinalizavam a inclusão das populações de baixa renda na dinâmica do crédito- débito. Neste estudo, é pertinente destacar o crescimento dos desalentados, principalmente nas regiões mais pobres do país, para, em seguida, discorrer acerca do contínuo endividamento das famílias de baixa renda no Brasil.

Estatísticas sobre o desalento no Brasil demonstram a gravidade do desemprego, uma situação influenciada pela crise capitalista. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desalentados são indivíduos aptos para o trabalho, que desejam trabalhar, mas desistem devido à falta de oportunidades. Esse fenômeno, capturado pelo IBGE desde 1991, evidencia tanto o aumento do número de desalentados quanto o perfil e a localização dos mais afetados (IBGE, 2024).

Entre 2012 e 2019, o número de desalentados saltou de dois milhões para cerca de 4,9 milhões, um aumento de quase 153%. Entre os fatores citados pelos próprios desalentados estão a falta de experiência, qualificação inadequada e a ausência de empregos na localidade que residem, sendo que cerca de 63% desistiram de procurar trabalho por essa última razão. O perfil dos mais propensos ao desalento inclui mulheres, pessoas negras ou pardas, jovens

entre 18 e 24 anos, e indivíduos sem ensino médio completo, especialmente no Nordeste, com destaque para Bahia e Maranhão (Peruchetti et al, 2019)

A situação de desalento se agrava quando somada à inadimplência, e indicam que a inadimplência aumentou entre os mais pobres, apesar da queda no endividamento da população geral. Atualmente, 37% dessa população encontra-se inadimplente, com a elevação dos juros dificultando ainda mais o pagamento das dívidas (CNC, 2024).

A dependência do endividamento, central no capitalismo financeiro, como informado anteriormente, não deixou de atingir a população de baixa renda. Desde a legalização das atividades financeiras para pequenos empreendedores, tanto urbanos quanto rurais, em 2003, o sistema financeiro conseguiu incluir milhões de pessoas de baixa renda no Brasil, especialmente através do microcrédito. O Programa Nacional de Microcrédito Orientado (PNMPPPO), criado em 2005, facilitou o acesso a crédito para pequenos negócios, possibilitando a sobrevivência dessa população em tempos de crise do trabalho.

A população de baixa renda teve acesso a bens de consumo como o telefone, o rádio, a televisão, microcomputador, dentre outros. Bens que antes eram inacessíveis a este segmento, até para os que trabalhavam, e aqui ressaltam-se os que viviam na informalidade, trabalhando por conta própria. A abertura de crédito possibilitou a aquisição de muitos destes bens (Sebrae, 2009).

Os dados ilustram o crescimento do volume de operações financeiras quando o governo federal resolve abrir linhas de crédito para a população de baixa renda. Em sete anos, de 2003 a 2010, o registro de CPFs subiu de 70 milhões para 115 milhões. O número de contas-correntes simplificadas e ativas que não existiam em 2003, sobem para 6,5 milhões em 2010 (Costa, 2012). Em 2021, 82% da população brasileira tinha conta em banco, especialmente os de baixa renda, números que sobem em 2017 para 57%. Estatística que evidencia o crescimento da inserção da população pobre ao sistema financeiro (Bast, 2023).

Os resultados globais das microfinanças do CrediAmigo em 2023 ilustram o aumento das operações desde 2010, a saber: 10,6 bilhões de valores contábeis, 3,55 milhões de operações e 198 milhões de clientes ativos com 5,21 bilhões de carteira ativa. Ressalta-se que, em 2011, o programa tinha um milhão de clientes ativos. Significa que, em dez anos, houve um aumento de 8 milhões de clientes (Brasil, 2024 a).

Contudo, essa inclusão não impediu o endividamento. Mesmo em 2012 e 2013, já se observava o endividamento da classe E, que recorria ao crédito para acessar bens essenciais.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

Atualmente, 37,7% das famílias de baixa renda estão inadimplentes, incapazes de quitar suas dívidas devido aos juros elevados, uma situação contrastante com famílias de renda superior. Além disso, outro problema crescente é o envolvimento desse segmento com jogos de azar, como as "bets" e "tigrinhos"³ um fenômeno preocupante segundo o governo. 22 milhões de pessoas relataram ter apostado em "bets", sendo que 52% dos apostadores ganham até dois salários mínimos e 58% estão inadimplentes há cerca de 90 dias (Brasil, 2024 b).

Há cerca de uma década, o crédito rápido impulsionou o endividamento desse grupo vulnerável, e agora as apostas "fáceis" contribuem para agravar essa situação. A expansão do capital fictício ocorre sem trabalho produtivo, ilustrada pela fórmula D-D' de Marx (1983), mais simples do que a sua fórmula D-M-D'. No contexto atual, a inserção da população de baixa renda no processo de financeirização da economia ocorre através do crédito-débito como demonstramos, mas sem a elevação econômica, tornando-se apenas uma inclusão como devedores. E mesmo que haja um incentivo à educação financeira, esta não terá um impacto positivo nas finanças da população pobre, não passará de uma tentativa de controle sobre os inadimplentes uma ideologia criada pelo capital (Ribeiro et al, 2016). Em suma, conforme Japp (2013), o crédito prolonga um sistema limitado que arrasta a todos, inclusive os pobres, para a ciranda do endividamento, onde só resta a ilusão de uma sobrevivência. As populações de baixa renda no Brasil exemplificam essa situação.

Algumas Considerações Finais

O endividamento da população de baixa renda no Brasil cresceu nestes últimos dez anos e, pode-se resumir algumas considerações finais sobre esta situação.

a) A crise do capitalismo desde a década de 1970 tem sido um dos fatores responsáveis direto pela inserção desta população ao sistema econômico, inserido-a na lógica do crédito-débito. Foi a resposta do sistema capitalista tanto em relação ao seu processo interno que exige valorizar o valor, quanto às suas consequências sociais.

b) Observa-se que a crise é de excesso, portanto a moral social, a estrutura de um

³ Jogos de aposta.

sistema como o capitalismo deve ser questionada por gerar desigualdade em contexto de abundância.

c) A exploração provocada pela produção de valor causa não só problemas sociais, mas ambientais graves. A lógica do sistema continua a ameaçar o planeta e a vida humana, ao usar tecnologias destrutivas e manter a riqueza de poucos.

d) A teoria de Arrighi (1993) sobre os ciclos com suas sucessivas crises descreveu o abalo da hegemonia americana e colocou a possibilidade de a China substituir os Estados Unidos da América como potência dominante. O cenário atual não permite, ainda, que esta possibilidade se torne uma realidade, de fato.

e) As crises econômicas, segundo Brenner (2003) e Harvey (2011) expõem a fragilidade do crescimento, sobretudo em estágio de financeirização.

f) Michel Löwy (2013) propõe o ecosocialismo como alternativa às crises do capitalismo, enquanto Robert Kurz (1982) defende que a crise é terminal, a sociedade produtora de mercadorias colapsou.

g) Menegat (2024) na perspectiva do limite estrutural decorrente da crise terminal do sistema capitalista, como infere Kurz (Ibidem), reforça o caráter destrutivo e violento das guerras de ordenamento que se instalam no interior das sociedades.

h) As populações de baixa renda enfrentam as consequências da crise, ao enfrentarem alta inadimplência e falta de oportunidades de trabalho formal, com o aumento do desalento e a dependência do crédito. Fenômeno que vem crescendo há cerca de 10 anos.

i) O impacto nas populações de baixa renda intensifica a desigualdade de acesso aos recursos e a sua dependência aos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

j) A situação se agrava e o horizonte está enevoado, não se tem respostas para o endividamento das populações vulneráveis.

Referências

ARANTES, Paulo Eduardo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ARRIGHI. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRASIL. Agência Senado. **Mais de 22 milhões de pessoas apostaram nas “bets” no último**

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 262 – 274 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

INSERÇÃO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA AO CRÉDITO: PERSISTÊNCIA DA ARMADILHA PARA ENTRADA NA CIRANDA DO RÉDITO-DÉBITO

mês, revela **Data senado**.01/10/2024. Disponível em: <https://www.sen.o.br/noticias/mater/2024/10/01/mais-de-22-milhoes-de-pessoas-apost-nas-apostas-nao-ultimo-mes-r-datasenado>. Acesso em 10/11/2024. a.

BRASIL. Banco do Nordeste. **Relatório de microfinanças 2023**: CrediAmigo e AgroAmigo. Julho de 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45775/0/Relat%C3%B3rio+de+Microfinan%C3%A7as+-+2023.pdf/89543bee-90af-3bc0-5960-dd666c9cda36?version=3.0&t=1716473050881>. Acesso em 15/10/2024. b.

BRENNER, R. **O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2003.

BAST, Elaine. **82% da população brasileira tem conta corrente em bancos**. CNN Brasil, 20 de Julho de 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/82-da-populacao-brasileira-tem-conta-corrente-em-bancos-diz-bc/>. Acesso em 08/11/2024.

COSTA, F. N. da. História bancária em movimento. **Teoria e debate**, São Paulo, edição 103, 09/08/2012. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2012/08/10/historia-bancaria-em-movimento/>. Acesso em 06/10/2024.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios contínua anual**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4679#notas-tabela>. Acesso em 08/11/24

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

JAPP, Anselm. **Crédito à morte: a decomposição do capitalismo e suas críticas**. Trad. Robson J. F. Oliveira. Hedra, São Paulo, 2013.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: uma alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, v. 67, pág. 79–86, janeiro. 2013.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PÁDUA, J. A. SARAMAGO, V. O antropoceno na perspectiva da análise histórica: uma introdução. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 24, n. 54, p. 659-669, set./dez. 2023

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). **Inadimplência entre os mais pobres atinge 37,7%, mesmo com queda do endividamento da população em geral**. Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC), 05/11/2024. Acesso em 08/11/2024.

PERUCHETTI, P. RACHTER, L. Quem são os desalentados no Brasil? **Blog do IBRE**. 24/09/2019. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/quem-sao-os-desalentados-no-brasil>. Acesso em 10/11/24.

Hum Res, v. 7, n. 11, 2025, ISSN: 2675 - 3901 p. 262 – 274 , jan. a jul de 2025. DOI: citado na página inicial do texto.

PLIHON, D. GUTTMANN, R. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, Número especial, p. 575-611, dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/wx3KSSStvxhxbGZs6h7HRrxB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 12/09/2024.

RIBEIRO. R. F. et al. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 126, p. 340-359, maio/ago. 2016.

SEBRAE. Característica do candidato a Empreendedor Individual (MEI) no Brasil. **Relatório 2009**. Abril de 2009. Disponível em: [http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/](http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/informalidade/Perfil%20do%20candidato%20ao%20MEI%20no%20Brasil_FINA)

[informalidade/Perfil%20do%20candidato%20ao%20MEI%20no%20Brasil_FINA](http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/informalidade/Perfil%20do%20candidato%20ao%20MEI%20no%20Brasil_FINA) L.pdf. Acesso em: 08 de nov. 2024.